

Grupo do PFL quer negociar para evitar radicalismo

Franklin Martins

BRASÍLIA — Um grupo de parlamentares do PFL, preocupado com o clima de radicalização reinante dentro da Constituinte e com a atitude de confronto adotada pelo líder do partido, José Lourenço, está articulando um movimento para forçar a negociação política e evitar que a próxima Constituição seja aprovada por estreita maioria, desagradando a amplos setores da sociedade.

Hoje, às 15h, eles se encontram com o senador Marco Maciel, presidente do partido, a quem vão pedir que desenvolva um papel mais ativo nas negociações. Na sexta-feira ou no início da semana que vem, pretendem conversar com o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, defendendo a mesma tese.

Segunda-feira passada, na reunião na casa do deputado Lúcio Alcântara (CE) que lançou o movimento, estiveram 14 parlamentares, além do anfitrião: o senador Guilherme Palmeira (AL) e os deputados Pedro Canedo (GO), Átila Lira (PI), Humberto Souto (MG), José Jorge (PE), Saulo Queiroz (MS), José Thomaz Nonô (AL), Edme Tavares (PB), Jaime Santana (MA), Jesus Tajra (PI), Leur Lomanto (BA), Valmir Campelo (DF), Maria de Lourdes Abadia (DF) e Jofran Frejat (DF). O grupo, segundo seus integrantes, já reúne 20 parlamentares e deve dobrar de número nos próximos dias.

Durante o encontro, a avaliação foi unânime: a Constituinte está ameaçada pela radicalização entre a esquerda e os conservadores, e os parlamentares com posições de centro, desarticulados, não estão conseguindo influir nos trabalhos. Os líderes dos dois principais partidos foram duramente criticados: Covas estaria se limitando a liderar a esquerda e José Lourenço, convertido num expoente dos setores conservadores. "Estão jogando o PFL para a direita", lamentou o deputado Lúcio Alcântara. O deputado José Jorge, apesar de admitir que José Lourenço representa o pensamento da maioria da bancada, acha que há uma minoria expressiva no partido que tem o dever de trabalhar por uma Constituição moderna, socialmente avançada, que dê estabilidade política ao país.

PFL do B — O grupo, chamado pelos próprios integrantes, em tom de brincadeira, de PFL do B, não pretende alinhar-se automaticamente com a esquerda, embora esteja irritado com o tom conservador adotado pelo PFL. "Se a Constituição for atrasada, não importa que tenha os votos de grande parte do PMDB. A culpa vai ser atribuí-

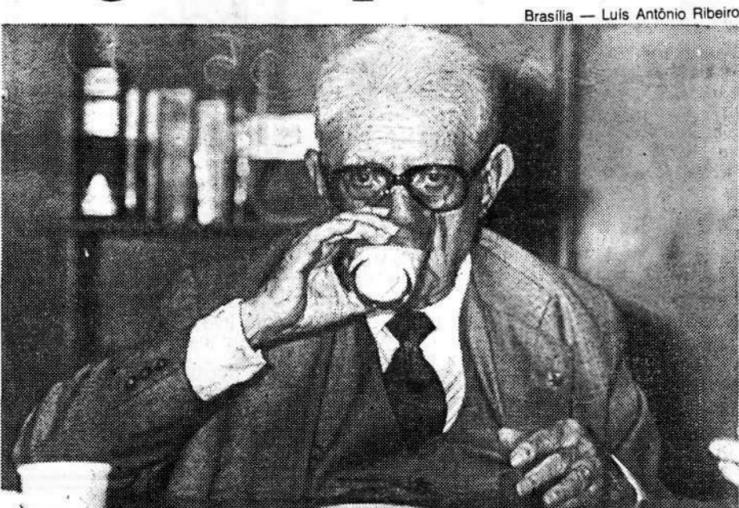
da ao PFL", disse Alcântara. A idéia é ter um comportamento independente, em torno de posições liberais.

A palavra de ordem do grupo é a negociação. "É um absurdo pensar numa Constituição que seja fruto de manobras regimentais ou maiorias eventuais", condenou Alcântara. Para o deputado Jaime Santana, ou a negociação prevalece sobre o confronto, ou a próxima Carta não terá muito tempo de vida. "Uma Constituição aprovada por maioria de um voto, por exemplo, já nasce com metade da sociedade contra. Temos que procurar o consenso", disse o deputado José Jorge.

O caminho é a negociação para produzir uma Constituição que não seja nem conservadora, nem de esquerda, mas capaz de traduzir avanços reais para a sociedade brasileira, avalia o grupo. O problema é que o canal de negociação está obstruído. "A direita acha que já ganhou e não precisa negociar. A esquerda pensa que já perdeu e não vale a pena negociar, e prefere marcar posição. Com o nosso movimento, vamos fazer a direita perceber que tem de dialogar e a esquerda entender que é conveniente conversar", resumiu José Jorge.

Além de aglutinar os setores mais modernos do PFL, descontentes com o conservadorismo das intervenções do líder José Lourenço, o grupo fixou como meta imediata formar uma corrente de centro, liberal, inclusive com deputados de outros partidos, dentro da Comissão de Sistematização — onde vão se desenrolar as próximas batalhas da Constituinte. Na avaliação de um dos integrantes do grupo, um terço dos constituintes da Sistematização é de centro. Organizados, eles podem jogar um papel decisivo, amortecendo o confronto entre esquerda e direita e forçando a negociação.

"Já temos know-how sobre o assunto", disse José Jorge, referindo-se à possibilidade da minoria do partido desenvolver uma ação independente que produza modificações importantes no quadro político. Quando estavam no PDS, José Jorge e muitos dos parlamentares que se reuniram na casa de Lúcio Alcântara fizeram parte do grupo que apoiou a proposta de diretas já, em 1984. Logo depois, assinaram um documento entregue a Tancredo Neves, prometendo-lhe seus votos no Colégio Eleitoral e lhe dando a tranquilidade necessária para deixar o governo de Minas e se lançar candidato à Presidência da República. É com estado de espírito semelhante que, esta semana, eles resolveram tomar a iniciativa de atuar à margem da liderança do partido, apostando na negociação e repelindo o confronto.



Brasília — Luís Antônio Ribeiro

Arinos quer Sistematização sem o tumulto das comissões

Arinos adverte contra conflitos

O presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), está preocupado com a possibilidade de se repetirem os conflitos e as radicalizações registrados nas comissões de Ordem Econômica e da Família, e fez uma advertência: "Se não houver negociação, todos nós vamos afundar juntos". Acredita o senador que a fase de negociação é agora, na Comissão de Sistematização. Caso contrário, "o trabalho da Constituinte vai malograr e o país vai mergulhar numa situação muito grave".

Arinos retomou suas funções ontem, depois de se manter ausente de Brasília por 20 dias para tratamento de saúde, e não viu necessidade de reunir a comissão, "até porque o relator Bernardo Cabral está em Belo Horizonte". O senador não quis se manifestar sobre o conteúdo dos relatórios mas analisou os problemas que a

Constituinte está enfrentando e disse que "está havendo uma superposição do processo de participação popular, dentro de um processo de representação, ou seja, a prática da democracia direta num país que não dispõe da necessária estrutura jurídica para isso".

Para o senador, os constituintes estão sendo colocados em segundo plano e isso é um risco porque existe a possibilidade de grupos manipularem esse "simulacro de participação popular, o que pode prevalecer sobre aqueles que foram votados". Considerando que as mudanças sociais são indispensáveis, Afonso Arinos lembrou que elas só serão possíveis pelo caminho da moderação. "O moderado é um verdadeiro progressista. E, se ele não é moderado, é radical. De direita ou de esquerda, mas radical", definiu.

Sistematização organiza trabalho

Os dois grupos de relatores da Comissão de Sistematização promoveram ontem reuniões em horários e locais diferentes: enquanto os relatores auxiliares, coordenados pelo deputado Adolfo de Oliveira (PL-RJ), conversaram pela manhã e decidiram que o deputado Konder Reis (PDS-SC) fará o arcabouço da nova Constituição, ordenando em títulos e capítulos o trabalho das comissões, os relatores adjuntos Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e Nelson Jobim (PMDB-SP) se reuniram à tarde para discutir o encaminhamento político dos conflitos encontrados nos relatórios.

A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), integrante do grupo de relatores auxiliares, se negou a apresentar um substitutivo para preencher o vazio deixado pela Comissão da Família, como pedira o coordenador. O trabalho básico seria o anteprojeto encaminhado à presidência da Comissão e assinado por 38 de seus integrantes. Sobre esses relatórios a deputada teria que dar um parecer mas preferiu se omitir.

"Li com atenção e não me julguei com poderes regimentais para dar um parecer, mesmo que informal, e apenas a título de auxílio

sobre uma matéria que não ficou definida na própria comissão. Isso extrapola a minha função. Não me arrego o direito de definir o assunto. Minha contribuição será através de emendas na própria comissão, depois que estiver pronto o anteprojeto do relator. Só faria esse trabalho se recebesse pedido oficial, por escrito, do relator ou do presidente", disse Adolfo de Oliveira.

O trabalho desenvolvido pelos relatores auxiliares consiste em cada um analisar o relatório de uma ou mais comissões e, ao encontrar o conflito, sugerir a opção, que será decidida pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). O deputado Konder Reis vai realizar o trabalho de reunir tudo o que foi aprovado e elaborar o esqueleto da Constituição. Pelo que foi aprovado nas comissões, a Constituição terá 8 capítulos e 24 títulos.

Além disso, segundo Adolfo de Oliveira, os relatores auxiliares precisam elaborar o capítulo e os títulos da comissão que não fez nenhuma sugestão — a da Família — e, nesse caso, entrar no conteúdo dos assuntos.



Alcântara Palmeira José Jorge Saulo Queiroz

Setor do PMDB busca negociação

William Waack

Impor a estratégia da negociação, ao invés da briga pelo nocaute, é o principal objetivo de uma expressiva parcela de líderes do PMDB dentro da Constituinte. Seria melhor acomodar do que enfrentar, dizem alguns dos grandes nomes do partido. Sua principal preocupação: a eficiência de Bernardo Cabral como relator da Comissão de Sistematização e, principalmente, qual será a posição de Mário Covas.

"A Constituição não pode ser o resultado de uma pelada de futebol entre azuis e brancos", diz o senador Fernando Henrique Cardoso. "Se ela quiser ter validade, ser levada a sério e não acabar em questão de meses, chegou a hora de conversar".

Setores do PMDB estão empenhados na formação de um "núcleo" de constituintes capazes de repetir alguns dos entendimentos e compromissos atingidos principalmente em conversas de grupos pequenos e conhecimento pessoal de adversários políticos — exercício que ganhou destaque notável sobretudo na Comissão de Tributação e Finanças.

Além de Fernando Henrique Cardoso, Ulysses Guimarães, Nelson Jobim, Antônio Britto, Artur da Távola e Egídio Ferreira Lima, pelo PMDB, outros integrantes desse grupo informal seriam Virgílio Távora e Delfim Netto, do PDS, Francisco Dornelles e Carlos Chiarelli, do PFL, Plínio de Arruda Sampaio, pelo PT, e César Maia, pelo PDT.

De maneira alguma, porém, essas articulações encontram ressonância positiva em todos os setores do PMDB, principalmente entre aqueles que sofreram uma "acachapante derrota" (Fernando Henrique), como o senador Severo Gomes, relator da Comissão de Ordem Econômica. Ressentido, Severo tem atribuído ao próprio presidente do partido boa parte da responsabilidade pelo revés que seu anteprojeto sofreu.

Nesse sentido, alguns dos integrantes do "núcleo" consideram fundamental a postura que venha assumir o líder Mário Covas. Um deputado comentava que, se ele permanecer voltado principalmente para a área poli-

tica e para a convenção do partido, então um entendimento desse tipo dentro da Constituinte será difícil, e se tornará inevitável a confrontação no plenário.

Com a experiência que adquiriu compondo compromissos e buscando entendimentos informais na Comissão de Tributação, o deputado José Serra, por exemplo, já está lançando uma fórmula capaz de conciliar rapidamente posições antagônicas em setores como direitos sociais. "Basta a gente sentar, estabelecer mandamentos que a lei depois terá de respeitar e dar um prazo para que isto aconteça", afirmou.

De qualquer forma, a idéia do núcleo parece contar já com o apoio de Ulysses Guimarães e do próprio presidente da República. A eterna incógnita, porém, é a própria inconsistência do PMDB: "O partido está muito desunido", afirma Severo Gomes.

Brasília — Luís Antônio Ribeiro



Covas e Lourenço (D), líderes criticados